



Índice

- 01** [Quilombolas continuam a ser alvo de ameaças no Brasil](#)
- 02** [Conab doa 45 mil cestas básicas para comunidades indígenas](#)
- 03** [Governo quer "pacificar" área dos índios Tupinambás](#)
- 04** [Índios Guarani Kaiowa dizem estar sofrendo ataques de pistoleiros em acampamento de MS](#)
- 05** ["Brasil: 12\(6\) anos de escravidão"](#)
- 06** [Liberdade para líder indígena preso em Amazonas](#)
- 07** [Índios bloqueiam rodovia para cobrar melhor estrutura na Casai de MT](#)
- 08** [Governo do Canada monitora ameaças indígenas a projetos de desenvolvimento econômico](#)
- 09** [Produtores rurais do Paraná lembram a promessa de Gleisi Hoffmann](#)
- 10** [Índio de 20 anos é hospitalizado após briga em aldeia de Chapecó](#)
- 11** [Indígenas Arara-Karo: contato com leitura Brasil Alfabetizado](#)
- 12** [Disponibilização de terras para indígenas é desproporcional, afirma integrante da FPA](#)
- 13** [Cledinaldo intermedia acordo que garante gratuidade do transporte para indígena](#)
- 14** [MPF garante que Terra Indígena Massiambu, em Palhoça, tenha nova escola](#)



- 15** No AM, TRF nega pedido da PF e mantém índios em prisão temporária
- 16** Funai descumpre promessa de ministra e publica portarias que criam terras indígenas
- 17** Barragens e violação de direitos: a história se repete com Garabi e Panambi
- 18** Embarcação da Funai naufraga no rio Negro, um índio morreu
- 19** Conheça Nikifor Kalugin, o russo expulso pelo PT da Suiá Missu
- 20** Governo monta base em Nazaré para atender desabrigados
- 21** Em 8 anos, MT perde 76 mil hectares de reservas e parques
- 22** Jandira Feghali: PCdoB é contra a PEC 215
- 23** Xingu recebe índios norte-americanos
- 24** Advogado terena de MS fará inédita defesa de mestrado em área de retomada
- 25** Governo do Tocantins garante pavimentação da TO-126
- 26** Abertas inscrições para processo seletivo de estudantes indígenas
- 27** Acadêmicos indígenas chegam à Prefeitura para cobrar transporte gratuito
- 28** Repetindo, pela importância: "Ditadura criou cadeias para índios com trabalhos forçados e torturas"
- 29** Projeto "Defesa e Garantia de uso dos Territórios Sagrados da Grande São Paulo pelos Povos Tradicionais de Matriz Africana"
- 30** GO: Assentada monta único abatedouro da região a fornecer aves para a alimentação escolar

Quilombolas continuam a ser alvo de ameaças no Brasil

SÍTIO VOZ DA AMÉRICA, 05.03.2014



A demora na titulação fundiária deixa as comunidades "quilombolas" em situação de vulnerabilidade.

A falta de regularização de terras de descendentes de escravos africanos no Brasil tem transformado esses povos, chamados de quilombolas, em alvos de ameaças até de assassinatos.

A demora na titulação fundiária deixa as comunidades quilombolas em situação de vulnerabilidade, sem garantias de que poderão permanecer nos seus territórios e, em muitos casos, ameaçadas de expulsão ou pressionadas por mineradoras, madeireiras, fazendeiros, entre outros grupos.

A briga é por territórios que pertencem aos descendentes de escravos, mas ainda não foram regularizados. Os casos têm-se espalhado pelo Brasil. No Norte do Estado de Minas Gerais, região sudeste do país, quilombolas da cidade de Verdelândia viveram, recentemente, momentos de terror nas mãos de jagunços que se passaram por policiais. Na verdade, eram pistoleiros contratados por fazendeiros para conseguir a desocupação de terras.

CONT.



O presidente da Associação Quilombola Brejo dos Crioulos, José Carlos de Oliveira Neto, lembra que o clima já é tenso há muitas décadas, mas a situação piorou depois que os quilombolas entenderam que têm direito as terras.

"Essas agressões existem dentro da história porque os não quilombolas já chegavam atacando. E, agora, que a comunidade reconheceu que tem o direito e está indo para cima, os ataques pioraram", declara.

José Carlos de Oliveira, que já foi ameaçado de morte, revela que as comunidades têm vivido com muito medo, mas conscientes dos seus direitos. "Os quilombolas têm medo, porque ele (latifundiário) tem dinheiro e parece que ele manda em tudo, no judiciário, legislativo e na polícia. Então, os quilombolas têm o direito, mas têm medo".

O deputado estadual Durval Ângelo (MG) lembra que muitas lideranças tiveram que ser colocadas em programas de proteção de defensores de direitos humanos, muitos financiados pela União Européia.

Ângelo afirma que já tem sido pedido reforço policial para as áreas de tensões com os quilombolas. Mas, para o parlamentar só isso não resolverá a questão. "Eu acho que a segurança definitiva é a regularização da terra".

Especialistas têm chamado à atenção para a lentidão no processo de regularização das terras quilombolas no Brasil. Eles alertam que decisões políticas do governo brasileiro têm impedindo a titulação das propriedades dos descendentes de escravos.

A coordenação de regularização de terras quilombolas do Incra, instituto do governo responsável pelo sector, confirma que os processos são lentos porque há interesses diferentes de órgãos do próprio governo, mas garante que foi formado um grupo de trabalho para discutir esses casos.



Boletim de Notícias - Edição nº 41./ 2014

Brasília, 06 de março de 2014.

Conab doa 45 mil cestas básicas para comunidades indígenas

SÍTIO PORTAL BRASIL, 05.03.2014

Produtos são adquiridos da agricultura familiar com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

A Companhia Nacional de Abastecimento de Mato Grosso do Sul (Conab-MS), em parceria com a Fundação Nacional do Índio (Funai), doará aproximadamente 45 mil cestas de alimentos para a população indígena do estado ao longo do primeiro semestre deste ano. As doações ocorrerão em três etapas. A primeira, já em execução, abrange 27 aldeias. Jaguapiré, Cerrito, Guaimbé, Sombreiro, Urucuti, Rancho Jacaré e Sassoro já começaram a receber as cestas.

Os produtos são adquiridos da agricultura familiar, por meio da Compra Direta, e também via Bolsas de Mercadorias (leilão eletrônico), com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

A Funai é responsável pela mediação entre a transportadora e os índios, certificando-se de que os caminhões conseguirão entrar nas comunidades e garantindo que a população já cadastrada no sistema receba corretamente as cestas.

Fonte: Conselho Nacional de Segurança Alimentar



Governo quer "pacificar" área dos índios Tupinambás

SÍTIO PCO, 15.03.2014

A "pacificação" significa mais repressão contra a população pobre e os indígenas para garantir os interesses dos latifundiários

A Secretária-Geral da Presidência da República por meio do Coordenador-Geral de Movimentos do Campo e Territórios, Nilton Luis Godoy Tubino, quer pacificar a região do Sul da Bahia onde os índios Tupinambás reivindicam a demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença.

A afirmação foi feita na reportagem do Jornal da Band, que foi claramente encomendada para atacar os índios nacionalmente pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) da senadora da bancada ruralista, Kátia Abreu (PSD-TO).

A "pacificação" que está sendo implementada na região dos municípios de Ilhéus, Una, Buerarema e Itabuna não significa resolver o problema ou deixar a região com clima de paz. Significa mais repressão contra a população pobre e os indígenas para garantir os interesses de poderosos da região.

Um bom exemplo da "pacificação" já implantada pelo governo federal, em apoio ao governo estadual, foi nas favelas e morros do Rio de Janeiro. Lá as polícias e o exército ocuparam violentamente e reprimiram a população para que a especulação imobiliária se beneficiasse com a valorização de áreas e com remoções de milhares de famílias pobres.

Não trouxeram as promessas de segurança e benefícios sociais, mas apenas mais violência e a garantia dos interesses de grandes empresas e da especulação

Agora pelos mesmos interesses, somados aos latifundiários, o governo federal e estadual estão implantando essa política criminoso no sul da Bahia, na área reivindicada pelos Tupinambás.

O que significa "pacificar" a região

Assim como foi implantado nos morros do Rio de Janeiro, a "pacificação" significa colocar as forças de repressão do Estado (polícias, Força Nacional e exército) contra os movimentos populares para defender os interesses dos latifundiários, da especulação imobiliária e das mineradoras que estão dentro da área reivindicada pelos índios.

A "pacificação" não vai diminuir a violência contra os indígenas, apenas vai mascarar esse número e a violência no dia-a-dia dos indígenas vai aumentar substancialmente. Isso já pode ser visto no curto período da presença do exército, onde se multiplicaram os casos de violência contra o povo Tupinambá, com aumento das abordagens, invasões de residências mesmo em áreas onde não existe pedidos de reintegração de posse e ameaças de morte.

CONT.



Tudo isso para garantir que os latifúndios continuem presentes na região, a especulação imobiliária construa grandes complexos turísticos na região litorânea e as mineradoras destruam os últimos pedaços de floresta atlântica remanescentes do país para garantir seus lucros.

A implementação de uma ditadura militar no Sul da Bahia

O Governo Federal, com apoio incondicional do governo Estadual, transformou a região do Sul da Bahia em uma verdadeira ditadura contra os indígenas. Estão sendo gastos milhões de reais diariamente e centenas de viaturas, caminhões, helicóptero e um avião, além de equipamentos de guerra, para reprimir o movimento de luta pela terra dos índios Tupinambás.

Já são quase mil soldados e policiais para reprimir os indígenas. São 700 soldados do exército, 100 policiais da Força Nacional de Segurança Pública, 60 Policiais Federais, 80 Policiais Militares e 20 Policiais Civis especialmente deslocados para combater o movimento indígena.

Tudo esse aparato de repressão, juntamente com a aplicação da GLO (Garantia da Lei e da Ordem) dando poder de polícia para os soldados do exército, colocou a ditadura do latifúndio e especuladores contra os índios Tupinambás.

O governo do PT, mais uma vez, não consegue esconder o acordo com os latifundiários e especuladores. Utilizam os recursos e as forças de repressão do estado contra os movimentos de luta pela terra.

Os Tupinambás estão sofrendo uma repressão somente vista no período dos anos de chumbo da ditadura militar. É preciso iniciar um amplo movimento expulsando os militares e a força nacional de segurança da área reivindicada pelos indígenas.



Índios Guarani Kaiowa dizem estar sofrendo ataques de pistoleiros em acampamento de MS

SÍTIO NOTICIDADE, 05.03.2014

Os índios Guarani Kaiowa utilizaram a página do conselho Aty Guasu para denunciar ataques de pistoleiros em um acampamento Pyelito Kue Iguatemi, a 466 km de Campo Grande. De acordo com postagens feitas na página do conselho, os ataques teriam acontecido nos dias 4 e 1º deste mês.

Na primeira postagem, no sábado (1º), os indígenas afirmam que cinco pistoleiros teriam atacado a comunidade. "Chegaram 5 motoqueiros fortemente armados e atiraram mais de 50 tiros sobre a comunidade. Esses motoqueiros estão rodando nosso acampamento. Se polícia não desarmar os pistoleiros, nos mesmos vamos desarmar esses pistoleiros das fazendas. Nos não vamos ter medo de tiros".

Na segundo, da terça-feira (4), as lideranças dizem que barracas do Guarani Kaiowa foram totalmente perfuradas pelas balas dos pistoleiros. "Aqui os pistoleiros estão nos atacando e atirando sobre as barracas. Estamos correndo em diversas direções com as crianças e idosos. Não sabemos se há feridos, muitos choros e gritaria no meio dos tiros".

Mídia Max



"Brasil: 12(6) anos de escravidão"

SÍTIO PORTAL ÁFRICAS, 05.03.2014

por Lúcio Centeno

Diante do sucesso do filme de Steve McQueen, que venceu o Oscar de 2014, Lúcio Centeno, militante do Levante Popular da Juventude, faz uma comparação com o Brasil; ele cita o caso do desaparecimento do pedreiro Amarildo no Rio de Janeiro, e a onda crescente de justiceiros contra supostos criminosos: "Como não associar as fotos dessas agressões com as representações de um Pelourinho que estão em nosso imaginário sobre a escravidão?"

O filme de Steve McQueen, 12 anos de escravidão, venceu o Oscar de 2014 e resgatou reflexões sobre a situação da população negra no Brasil. Lúcio Centeno, militante do Levante Popular da Juventude, cita o caso do desaparecimento do pedreiro Amarildo no Rio de Janeiro e a onda crescente de justiceiros contra supostos criminosos como associação à um passado de escravidão no Pelourinho. Leia:

Brasil: 12(6) anos de escravidão

Um negro livre é sequestrado nos Estados Unidos, no ano de 1841. Vendido como escravo, Soloman Northup é obrigado a trabalhar durante 12 anos nas plantações do estado da Louisiana. Vencedor do Oscar de melhor filme, 12 anos de escravidão é baseado na autobiografia de Soloman Northup, publicada em 1853, em que ele próprio registra sua saga para retomar o estatuto de homem livre, no contexto de uma sociedade escravista.

O filme do diretor Steve McQueen é uma obra feita para chocar, não é possível ficar indiferente ao assisti-lo. Assim como os personagens da trama, os espectadores são "violentados" com a história de Soloman. No entanto, a maior virtude do filme não é por ser uma representação ou uma denúncia de um período histórico, mas por sintetizar a gramática social racializada própria de sociedades coloniais, como a brasileira. 12 anos de escravidão não fala apenas sobre o regime escravista, mas sobre o racismo contemporâneo.

Soloman Northup não era um escravo, de acordo com o ordenamento jurídico de sua época. Era um homem livre, assim como os demais brancos. Em termos comportamentais vestia-se como um branco. Sabia ler e escrever, algo que uma parcela considerável dos seus contemporâneos brancos não dominava. Não realizava trabalhos braçais como os escravos, era um músico profissional. Todos esses atributos não foram suficientes para Soloman gozar da sua condição de homem livre. Assim como outros milhares de afro-americanos livres, Soloman foi raptado e vendido como escravo, da mesma forma que seus ancestrais na África.

Mas o que isso tem a ver com o Brasil? Vivemos em uma República democrática que celebra neste ano 126 anos da abolição da escravatura. No entanto, 12 anos de escravidão provocam-nos a pensar sobre esta transição. A pergunta que se impõe é: se a condição de homem livre

CONT.



de Soloman não foi suficiente para que seu corpo não fosse tratado como propriedade de outrem, porque a igualdade jurídica, entre negros e brancos, afirmada em nossa constituição, asseguraria a massa negra do povo brasileiro a efetiva superação de seu antigo estatuto de sub-humanos?

Na sociedade brasileira recorrentemente emergem fatos que questionam a existência de uma igualdade jurídica entre brancos e negros, para não falar em uma igualdade ontológica (entre “humanos” e “sub-humanos”). As reiteradas denúncias da existência de trabalhadores vivendo ainda em situação análoga à escravidão, seriam o exemplo mais óbvio dessa diferenciação. O caso do desaparecimento do pedreiro Amarildo no Rio de Janeiro, tornou-se símbolo de uma prática policial bastante difundida nas periferias brasileiras, o tribunal de rua. A onda crescente de justicamentos contra supostos criminosos, invariavelmente negros, acorrentados a postes, e linchados publicamente com a cumplicidade de setores da mídia. Como não associar as fotos dessas agressões com as representações de um Pelourinho que estão em nosso imaginário sobre a escravidão? A reação histérica frente aos Rolezinhos nos shoppings de São Paulo revelam a existência de uma nítida segregação espacial, onde a parcela negra da população só entra sob uma condição: não se fazendo visível. Quando isso não ocorre, dormimos sob a égide do Código Civil brasileiro, e acordamos no Alabama dos anos 50.

A população negra no Brasil vive cotidianamente em uma situação de instabilidade jurídica. Sua cidadania existe é claro, mas a qualquer momento pode ser sequestrada tal como a de Soloman foi. Nestes 126 anos de abolição da escravidão, o processo de estratificação social se complexificou cada vez mais. O desenvolvimento capitalista em nosso país não suplantou esta estrutura social racializada, pelo contrário se acoplou nela para enrijecer-se. Não podemos correr o risco de esquecer o legado vivo da escravidão, sob pena de não interpretarmos corretamente o nosso país. Ao escrever a sua autobiografia, após se libertar do jugo da escravidão, Soloman Northup, nos ajudou a manter a consciência sobre esse legado. Amarildo não conseguirá fazer o mesmo.



Liberdade para líder indígena preso em Amazonas

SÍTIO JUNTOS.ORG.BR, 05.03.2014

No dia 28 de fevereiro de 2014, sexta-feira, Paulo Apurinã foi preso em cumprimento a um Mandado de Prisão expedido pela 8ª Vara Criminal de Manaus, capital do Estado do Amazonas, por ordem do juiz Carlos Zamith O. Júnior. Passados 06 (seis) dias, não se tem conhecimento de qual crime ele estaria sendo acusado. Os blogs estão noticiando que ele estaria sendo preso por calúnia contra um ex-deputado estadual que é hoje empresário dos meios de comunicação local. Foi cumprido ainda um Mandado de Busca e Apreensão que, dentre outros objetos, apreenderam seu notebook.

Paulo Apurinã é uma das principais lideranças do Tarumã, bairro indígena da periferia de Manaus/AM, e ativista do movimento Aldeia Maracanã contra a destruição do Museu do Índio no Rio de Janeiro por conta das obras da Copa do Mundo. Militante ativo do movimento de moradia, é membro eleito do Conselho Estadual das Cidades do Amazonas.

Estranhamente, no mesmo dia de sua prisão, ainda pela manhã, Paulo Apurinã postou em sua conta no YouTube um vídeo em que há fortes denúncias de pedofilia contra políticos e um magistrado que teriam envolvimento com os crimes praticados pelo ex prefeito de Coari/AM que encontra-se atualmente preso acusado de exploração sexual de crianças e adolescentes, fato que foi divulgado a nível nacional. Perguntas que neste momento não calam:

- Por que Paulo Apurinã está preso?
- A quem interessa a prisão de Paulo Apurinã?
- Quem tem medo de Paulo Apurinã livre?

Somos convocados neste momento a gritar #LiberdadeApurinã!



Índios bloqueiam rodovia para cobrar melhor estrutura na Casai de MT

SÍTIO G1/MT, 05.03.2014

Índigenas querem atendimento na Casa de Saúde Indígena (Casai). Manifestantes protocolaram reivindicação no MPF em Sinop.

Índios de várias etnias bloquearam a BR-163 em Mato Grosso, no perímetro urbano de Sinop, para reivindicar melhores condições na Casa de Saúde Indígena (Casai).

Ao todo, 130 índios estão hospedados na unidade instalada no município. Eles reclamam da alta de estrutura no local. A manifestação foi realizada nesta quarta-feira (5).

O indígena Maritê Equipengue conta que não tem medicamentos na farmácia e que falta atendimento na unidade. Além disso, o grupo conta que no local o esgoto corre a céu aberto.

Após o bloqueio na rodovia, os manifestantes foram até o Ministério Público Federal da cidade para protocolar um documento contendo fotos e relatos das condições da unidade.

Os indígenas querem saber para onde foram os recursos destinados para a Casai. O grupo promete ir até Brasília para cobrar providências caso uma respostas não seja dada até a sexta-feira.

A reportagem entrou em contato com a Fundação Nacional do Índio (Funai) mas, até o fechamento da reportagem, não teve resposta.



Governo do Canada monitora ameaças indígenas a projetos de desenvolvimento econômico

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 05.03.2014

Documentos oficiais obtidos pelo jornal The Guardian revelam que o governo canadense está cada vez mais preocupado com o efeito dos direitos dos povos indígenas em seus planos de desenvolvimento.

Desde 2008, o Ministério de Assuntos Indígenas (Aboriginal Affairs) executa um programa de gerenciamento de riscos para avaliar e responder a "riscos significativos" à agenda do Governo, incluindo afirmações de tratados internacionais, expectativas crescentes dos povos indígenas e novos precedentes legais em desacordo com as políticas do governo.

Relatórios anuais do governo obtidos pelo Guardian prevêem que a incapacidade do Governo de gerir os riscos podem resultar em mais "reações adversas dos povos indígenas, clamor público e da atenção internacional negativa", além de "projetos de desenvolvimento econômico [sendo] atrasados."

"Há o risco de que o arcabouço legal possa minar a capacidade do departamento de avançar em sua agenda política", diz um dos relatórios. "Há uma tensão entre a agenda baseada nos direitos dos grupos indígenas e as abordagens políticas não baseadas nos direitos" do governo federal.

O governo conservador está planejando nos próximos dez anos atrair U\$ 650 bilhões de dólares de investimento para projetos de mineração, silvicultura, gás e petróleo, muitos deles dentro ou próximos a terras indígenas.

Críticos dizem que o governo está determinado a evitar decisões da Suprema Corte, que reconhecem direitos dos povos indígenas a um papel decisório nesses projetos. "O governo Harper está comprometido com uma política de extinção de direitos à terra dos povos indígenas, em vez de uma política de reconhecimento e de co- existência", disse ao The Guardian Arthur Manuel, presidente da Rede Indígena de Economias e Comércio.

Um porta-voz do Ministério de Assuntos Indígenas se recusou a responder a perguntas do Guardian, mas enviou uma resposta dizendo que os relatórios de risco são compilados a partir de análises internas e "entrevistas com a gerência sênior nessas áreas alvo que experimentarão mudanças significativas."

" O [perfil de risco das empresas] é concebido como uma ferramenta analítica para o planejamento e não um documento público. Uma boa parte do [seu] conteúdo só seria compreensível para aqueles que trabalham para o departamento, uma vez que fala com os detalhes das operações de programas específicos."

No ano passado, o Canadá foi varrido por protestos indígenas contra a proposta de um

CONT.



gasoduto levaria gás de xisto de Alberta à costa ocidental de British Columbia.

"Reivindicações indígenas assustam investidores", disse ao The Guardian um analista da empresa de consultoria de risco global Eurasia Group, concluindo que a oposição de movimentos indígenas diminuiu drasticamente as chances do oleoduto ser construído.

Em British Columbia e em todo o país, as demandas dos povos indígenas tem sido apoiada por sucessivas vitórias nos tribunais.

De acordo com um relatório divulgado em novembro pela First Peoples Worldwide, o risco associado a não respeitar os direitos dos povos indígenas está para emergir como uma nova bolha financeira para as indústrias.

O relatório prevê que, o acesso dos povos indígenas às redes digitais dará mais apoio do público a campanhas que afetarão mais efetivamente as empresas.

O governo federal tem gasto muito mais lutando em litígios indígenas do que qualquer outra questão jurídica. Foram US\$ 106 milhões em 2013, uma soma que tem crescido ao longo dos últimos anos.

Um enviado especial nomeado em 2013 pelo governo Harper para tratar da oposição das Primeiras Nações a projetos de energia no oeste do Canadá recomendou recentemente que o governo federal se mova rapidamente para melhorar a consulta e o diálogo.

Para reforçar o apoio à sua agenda, o governo considerou permitir que as First Nations tome participações em projetos de exploração de recursos. Esta é parte de uma tendência crescente de os governos provinciais e as empresas que assinam acordos "de repartição de benefícios", com as First Nations para obter acesso a suas terras.

Desde 2007 , o governo também aumentou ações de espionagem criando um programa de vigilância destinado a comunidades indígenas consideradas "pontos quentes" (hot spots) por causa de seu envolvimento em protesto e desobediência civil contra projetos econômicos.

Durante o ano passado , o governo Harper reduziu o financiamento a organizações indígenas nacionais, regionais e tribais que prestam serviços jurídicos e fazem lobby em nome das First Nations.

Leia o artigo original, em inglês, no The Guardian: Aboriginal rights a threat to Canada's resource agenda, documents reveal



Boletim de Notícias - Edição nº 41./ 2014

Brasília, 06 de março de 2014.

Produtores rurais do Paraná lembram a promessa de Gleisi Hoffmann

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 05.03.2014

http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=0LUt80ihMiM

Em Guaíra (PR), os produtores sofrem novamente a tensão da demarcação de terras indígenas, uma vez que a Funai publicou em Diário Oficial que irá iniciar um levantamento técnico de duas etnias no município e de mais uma etnia no município vizinho de Terra Roxa (PR).

Segundo o presidente do sindicato rural de Guaíra, Silvanir Rosset, os produtores se sentem inseguros, uma vez que já havia tido uma promessa por parte do governo de que não haveria mais demarcações de terra na região.

Ao todo, 18 propriedades estão ameaçadas pela nova demarcação de terras a ser realizada.

Fonte: Notícias Agrícolas



Índio de 20 anos é hospitalizado após briga em aldeia de Chapecó

SÍTIO G1/SC, 06.03.2014

*Briga ocorreu na noite desta terça-feira (4), segundo Polícia Militar.
Jovem passou por cirurgia e está internado no Hospital Regional do Oeste.*

Um índio de 20 anos ficou ferido após se envolver em uma briga com uma mulher da mesma aldeia na noite desta terça-feira (4), no interior de Chapecó, no Oeste catarinense. Segundo a Polícia Militar, os dois ficaram feridos. Ela sofreu um corte na testa e ele precisou ser submetido à cirurgia após ser perfurado. A polícia não soube informar qual arma foi utilizada.

A mulher, de 32 anos, chegou a ser levada para o hospital, onde foi atendida e liberada ainda na terça. Em seguida, ela foi encaminhada até a Polícia Civil para prestar depoimento. Aos policiais informou que, apesar de viverem na mesma aldeia, os dois não se conheciam e teriam começado a brigar porque estavam embriagados. Depois de contar sua versão, a mulher foi liberada.

Segundo a Polícia Militar, a dupla de índios vive na Aldeia Toldo Ximbanguê, no interior de Chapecó. A briga ocorreu por volta das 21h30 e os feridos foram encaminhados ao hospital por pessoas que presenciaram o fato. Os policiais foram acionados, mas quando chegaram no local os feridos já haviam saído. O cacique contou os detalhes do que aconteceu e depois os agentes seguiram para o hospital.

Na manhã desta quarta-feira (5), o rapaz continuava internado em um quarto do Hospital Regional do Oeste e o estado clínico era estável. Conforme a Polícia Civil, o inquérito deve ser finalizado após serem ouvidas testemunhas e o jovem internado. Depois, o caso será remetido à Justiça comum.

Indígenas Arara-Karo: contato com leitura Brasil Alfabetizado

SÍTIO GENTE DE OPINIÃO, 06.03.2014

Indígenas Arara-Karo têm primeiro contato com leitura no Brasil Alfabetizado

A maioria dos 30 indígenas da etnia Arara-Karo pôde ter o primeiro contato com o mundo da leitura e escrita durante as aulas do Programa Brasil Alfabetizado, inserido em 2013 pela Secretaria de Estado da Educação de Rondônia (Seduc) na Terra Indígena Igarapé Lourdes, em Ji-Paraná. Mesmo com uma caminhada diária de seis quilômetros até a aldeia central I'Tarap e os problemas de visão e de introdução da língua portuguesa, os índios não deixavam de frequentar as aulas e mantinham a animação e força de vontade para seguir com o estudos.



Com incentivo dos professores Alexandre Meneguelli e Débora Fumagali, os indígenas, de 25 a 75 anos, começaram a ser cadastrados no programa e logo nas primeiras aulas já demonstravam interesse em prosseguir com os estudos. Durante o período do curso, Meneguelli diz que a frequência dos alunos era 100%. "Eles faltavam somente em caso de saúde pessoal ou de familiares e, mesmo assim, a preocupação em avisar os professores era imensa", lembra.

Após oito meses de aprendizado, grande parte dos alunos conseguiu adquirir a habilidade de

CONT.

escrita e leitura, mesmo com alguns apresentando um maior grau de dificuldade por conta da introdução da linguagem e problemas visuais. Seis dos 30 estudantes conseguiram elevar seus conhecimentos e atualmente estão matriculados no ensino regular na Escola I'Tarap. "Nós queremos continuar com as aulas no próximo ano. Não queremos parar mais de estudar", afirma o cacique Firmino Arara.



Para os professores, as aulas com os indígenas era uma troca de vivências e conhecimentos, o que as tornavam gratificantes. "O mais importante de tudo era a emoção do aluno quando ia aprendendo e conhecendo a escrita e leitura de diversas palavras, principalmente na língua nativa. Ao mesmo tempo ensinamos e aprendíamos com a garra dessas pessoas", conta Alexandre.

Novas matrículas de mais alunos indígenas já foram realizadas para o ano letivo de 2014 dentro do Brasil Alfabetizado, que é coordenado pela Seduc. As aulas estão previstas para começar até o fim deste mês.

Texto: Ascom/Seduc

Fotos: Alexandre Meneguelli

Decom – Governo de Rondônia



Disponibilização de terras para indígenas é desproporcional, afirma integrante da FPA
SÍTIO RONDA DO MS, 06.03.2014

A demarcação de terras indígenas continua sendo debatida pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) através de audiências com representantes do governo federal em Brasília e voltará à pauta na próxima semana na Comissão Especial da PEC 215 instalada no final de dezembro na Câmara Federal.

Apesar da garantia dada pelo governo de que a Portaria 303 está vigorando desde o início do mês, membros da Frente cobram um comprimento da medida que dispõe sobre as salvaguardas institucionais às terras indígenas conforme o entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal para o caso Raposa Serra do Sol.

Para o deputado Alexandre Toledo (PSDB-AL), uma das preocupações da FPA é com a disponibilização de terras entre índios e agricultores que, para ele, é considerada desigual.

“A proporção hoje do que é disponibilizado aos índios e o que é disponibilizado ao restante da população está numa proporção totalmente desigual”, ponderou.

Segundo o parlamentar, um dos representantes do setor sucroalcooleiro do Nordeste do país, os índios precisam ser respeitados também no seu direito de produzir.

“Já há casos de índios sendo presos por não poderem dar destinação produtiva às suas terras de forma coerente. Então precisa ser revisto todo este processo”, frisou.

Outra frente defendida pela FPA é a proposta de emenda constitucional 215 que retira da Funai o poder de demarcar as terras indígenas. Segundo a proposta, a fundação permanece com o direito de fazer o levantamento das áreas a serem demarcadas. No entanto, o decreto de demarcação só teria validade se aprovado pelo Congresso.



Cledinaldo intermedia acordo que garante gratuidade do transporte para indígena
SÍTIO REGIÃO NEWS, 06.03.2014

Ele calcula que dois micro-ônibus serão suficientes para atender as comunidades

Em reunião intermediada pelo vereador Cledinaldo Cotócio (PP), lideranças indígenas sacramentaram acordo com a Prefeitura Municipal que assegura a manutenção da gratuidade do transporte para Campo Grande e Maracaju de 49 estudantes indígenas.

Num encontro que teve a participação da assessoria jurídica da Prefeitura, ficou definido que a Prefeitura vai repassar a futura associação dos estudantes terena o valor necessário ao custeio do transporte desde a Aldeia Córrego do Meio até as universidades.

Segundo o vereador Cledinaldo até que a entidade esteja constituída legalmente, os estudantes indígenas continuarão compartilhando os ônibus fretados pela União dos Estudantes de Sidrolândia. Da aldeia até a cidade, a Prefeitura vai continuar disponibilizando um ônibus do transporte escolar.

Ele calcula que dois micro-ônibus serão suficientes para atender as comunidades. "É uma conquista que precisamos celebrar, porque representa a garantia continuidade dos estudos para os índios que não teriam condições de pagar pelo transporte".



MPF garante que Terra Indígena Massiambu, em Palhoça, tenha nova escola
SÍTIO PR/SC, 06.03.2014

Ação civil ajuizada pela Procuradoria da República recebeu sentença favorável

A Justiça Federal da capital decidiu ação civil pública ajuizada pelo MPF, que requer a construção, aparelhamento e adequado funcionamento de uma escola de ensino fundamental na Terra Indígena Guarani de Massiambu, em Palhoça. O juiz Marcelo Krás Borges, da 6ª Vara, convencido pela prova realizada, determinou que a União repasse os recursos necessários para a obra em até 30 dias e que o Estado de Santa Catarina execute a construção em 180 dias, após a disponibilização da verba.

A ação foi proposta após a FUNAI informar que desde 2009 as aulas aconteciam em um local improvisado, sem banheiros e com cozinha insalubre e inadequada para o preparo da merenda dos alunos.

A Secretaria Estadual de Educação, responsável por pleitear as verbas federais, construir a escola e disponibilizar professores e equipamento, apesar de insistentemente cobrada, nenhuma providência adotou concretamente, durante anos.

Diante desse cenário, a Justiça determinou que a União e o Estado cumpram a sentença e construam no local uma nova escola, para que as crianças e adolescentes indígenas possam ter condições dignas para o aprendizado. Em caso de descumprimento, foi estipulada multa diária no valor de R\$ 3 mil.

ACP nº 50076807620134047200



No AM, TRF nega pedido da PF e mantém índios em prisão temporária

SÍTIO G1/AM, 06.03.2014

Polícia Federal queria mudança de prisão temporária para preventiva. Indígenas permanecerão presos por mais 30 dias durante novas diligências.

O Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região indeferiu o pedido da Polícia Federal, que requeria conversão da prisão temporária para preventiva dos cinco índios suspeitos de matar três homens em terras indígenas Tenharim Marmelo em Humaitá, município do Sul do Amazonas a 590 km de Manaus. O judiciário acompanhou parecer do Ministério Público Federal (MPF) e prorrogou por mais 30 dias a prisão temporária dos indígenas.

O inquérito, que havia sido concluído pela PF, e o pedido foram entregues à 2ª Vara Criminal do TRF da 1ª Região, na capital amazonense, no dia 25 de fevereiro. Os dados das investigações e os requerimentos seguiram para o MPF-AM. Já no último dia 27, o procurador da República Edmilson da Costa Barreiros Júnior, do 2º Ofício Criminal, optou pela manutenção da prisão temporária dos índios por mais 30 dias.

O juiz Márcio André Lopes Cavalcante, da 2ª Vara Criminal Federal, acompanhou o parecer do Ministério Público e determinou que os indígenas permanecessem presos na modalidade de prisão temporária. A Justiça Federal também determinou que novas diligências fossem feitas e decretou o segredo de justiça do inquérito. Somente depois de realizadas as novas investigações o MPF-AM deve decidir se irá oferecer denúncia contra o grupo de índios.

Os cinco índios que estão presos são das aldeias Marmelo, Taboca e Campinho. Entre eles, segundo a PF, há um cacique da aldeia Taboca e dois filhos do cacique Ivan Tenharim, encontrado morto no dia 2 de dezembro de 2012. O grupo está preso temporariamente desde dia 30 de janeiro deste ano. Atualmente, os índios permanecem aguardando decisão da Justiça no Centro de Ressocialização Vale do Guaporé, em Porto Velho (RO).

Os índios são suspeitos de assassinar o vendedor Luciano Freire, o professor Stef Pinheiro de Souza e o funcionário da Eletrobras Amazonas Energia Aldeney Salvador.

Entenda o caso

Os três homens desapareceram no dia 16 de dezembro de 2013, quando viajavam de carro pela BR-230 (Transamazônica). Após quase dois meses de buscas, os corpos foram encontrados no dia 3 de fevereiro deste ano em uma cova de 1,80 metros, nas terras indígenas Tenharim Marmelo. A região fica localizada a 100 quilômetros de distância de Humaitá.

O desaparecimento dos três homens gerou revolta da população dos municípios de Humaitá e
CONT.



Apuí , e nos moradores do distrito de Santo Antônio do Matupi, em Manicoré. No dia 25 de dezembro do ano passado, moradores da região promoveram diversos protestos para cobrar agilidade da Polícia Federal em Rondônia (PF-RO), que foram responsáveis pelas buscas dos desaparecidos. Os manifestantes chegaram a atear fogo em carros, barcos e nas sedes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e antigas instalações da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em Humaitá. No dia seguinte, policiais do Batalhão de Choque da Polícia Militar do Amazonas seguiram para o município.

Após os ataques, 143 indígenas foram abrigados no 54º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS), em Humaitá. A Justiça atendeu ação do Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) e os índios retornaram às aldeias seis dias depois com a escolta do Exército.

Apesar do reforço policial, o Sul do estado continuou registrando conflitos. Um grupo de madeireiros e fazendeiros ateou fogo em casas localizadas em uma aldeia indígena, situada na área do município de Manicoré .

A região recebeu mais reforço da Polícia Federal e homens da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) auxiliaram nas ações de segurança pública desencadeadas no Amazonas no mesmo período. O Exército e Polícia Rodoviária Federal (PRF) também apoiam as ações na região. Cerca de 400 homens atuaram nas operações.

A morte dos três homens teria relação com a cobrança de pedágio feita por indígenas em um trecho da Transamazônica, situado em uma área do Sul do Amazonas, região que passa por constantes conflitos. Para moradores do local, os crimes seria uma retaliação dos índios pela morte do cacique Ivan Tenharim, que teve o corpo encontrado na rodovia no início de dezembro de 2012. A polícia afirma que o líder indígena foi vítima de um acidente de trânsito. Já os índios acreditam que ele foi assassinado devido à cobrança de pedágio na área.



Funai descumpre promessa de ministra e publica portarias que criam terras indígenas
SÍTIO JORNAL DO SENADO, 18.11.2013

De Brasília - Vinícius Tavares

Após o governo federal ter informado aos membros da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) a suspensão de todas as demarcação de terras indígenas, a Fundação Nacional do Índio (Funai) continua dando prosseguimento processos para novos territórios.

A FPA denuncia que a Funai publicou no Diário Oficial da União (Dou) as portarias 139 e 141 para iniciar novas demarcações nos estados do Paraná e Santa Catarina.

Para o deputado federal Moreira Mendes, de Rondônia, líder do PSD na Câmara Federal e um dos coordenadores da FPA, a Funai não está "nem aí" para as promessas feitas pela ministra da Casa Civil Gleisi Hoffmann durante audiência na Comissão de Agricultura da Câmara, quando garantiu que as demarcações seriam suspensas.

Em maio passado ela garantiu que seriam suspensos todos os processos, inclusive no Paraná, seu estado, e em Santa Catarina, onde os atingidos são pequenas famílias de produtores rurais.

"Está claro de que tudo é uma manipulação de ordem ideológica e com interesses internacionais, que não são os nossos, de usar as comunidades indígenas sob o pretexto de protegê-los e na realidade não tem nada a ver com isso", comentou.

Segundo ele, a Funai está absolutamente contaminada. "Por isso que é importante votarmos a PEC 215, trazer a sociedade urbana, sobretudo, para dialogar este assunto", completou.

Em seu depoimento na Comissão de Agricultura da Câmara, a ministra Gleisi Hoffmann, pré-candidata ao governo paranaense, criticou a Funai por falhas no processo de demarcação dos territórios e anunciou a suspensão temporária até que fosse aprovado o novo modelo de delimitação destas áreas em que outros órgãos do governo seriam ouvidos, como os ministérios da agricultura e desenvolvimento agrário, além da Embrapa.



Barragens e violação de direitos: a história se repete com Garabi e Panambi
SÍTIO MAB NACIONAL, 06.03.2014

por Eduardo Luís Ruppenthal

A construção de mega-barragens é geradora de muitos conflitos pelos seus enormes impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos. Isso já foi constatado e pesquisado por vários cientistas e grupos das universidades brasileiras, mas também está presente no noticiário cotidiano, principalmente nos últimos grandes empreendimentos hidroelétricos como Jirau e Santo Antônio, no rio Madeira, e Belo Monte, no rio Xingu.

Na bacia do Rio Uruguai, além de conflitos emblemáticos nas hidrelétricas de Itá e Machadinho, há um pouco mais de uma década, a construção de Barra Grande, em 2004, foi notória pelo reconhecimento da fraude do EIA-RIMA levado a cabo pela empresa Engevix. Fatos semelhantes ocorreram nas barragens de Foz do Chapecó e Campos Novos, que foram palcos de guerra do Setor Elétrico (empresas e governos) contra as comunidades, principalmente via criminalização da resistência através da perseguição e prisões arbitrárias de atingidos e suas lideranças organizadas no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Em Campos Novos, hidrelétrica que quase se rompeu por apresentar rachaduras, a situação atingiu notoriedade nacional e internacional, com denúncias de violação dos direitos humanos dos atingidos encaminhadas a órgãos como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) e à Organização das Nações Unidas (ONU). A repercussão internacional gerou resultado, fazendo com que ocorresse uma visita de uma representante da ONU, Hina Jilan, que por dois dias, 16 e 17 de dezembro de 2005, acompanhou de perto a situação dos atingidos acampados próximos do local da construção da barragem. Constatou a violação de direitos por parte das empresas, o não reconhecimento dos atingidos, onde inúmeras famílias haviam perdido suas terras, sua cultura e sua vida com a construção da obra e ainda sofriam com a prática da violência e uso de força policial.

Em novembro de 2010, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) aprovou o relatório da Comissão Especial que analisou, durante 4 anos, denúncias de violações de direitos humanos no processo de implantação de barragens no Brasil. As denúncias dos casos acolhidos pela Comissão foram das UHE Canabrava (GO), UHE Tucuruí (PA), UHE Aimorés (MG e ES), UHE Foz do Chapecó (RS e SC), PCH Fumaça (ES e MG), PCH Emboque (MG) e Barragem de Acauã (PB).

A comissão identificou um conjunto de 16 direitos humanos sistematicamente violados, dentre os quais merecem destaque o direito à informação e à participação; o direito à liberdade de reunião, associação e expressão; o direito de ir e vir; o direito ao trabalho e a um padrão digno de vida; direito à moradia adequada; direito à melhoria contínua das condições de vida e direito à plena reparação das perdas.

CONT.



Garabi e Panambi: a história se repete

As notícias relacionadas à construção de duas novas megabarragens, Garabi e Panambi, previstas para o já “fragilizado e castigado” rio Uruguai e a falta de informação pública fez com que no final de janeiro e início de fevereiro de 2014 um grupo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) visitasse a região Noroeste do estado, especificamente os municípios de Alecrim e Porto Mauá, dois dos 19 municípios que poderiam ser atingidos. Durante quatro dias, o grupo visitou comunidades e áreas próximas ao rio Uruguai, participou de reuniões, de entrevistas a rádio local e, principalmente, recebeu muitos pedidos de informações acerca dos impactos desses dois barramentos.

O que se percebeu foi uma enorme situação de insegurança e incerteza das famílias e das comunidades devido à falta de informações, situação que se repete de forma deliberada por parte dos responsáveis pelos projetos já que quando há alguma informação esta é dada de forma incompleta ou desvirtuada, pelos próprios interessados nas obras. Neste aspecto, entenda-se, o Setor Elétrico, formado por Eletrobrás, Ministério de Minas e Energia, governos federal e estadual e empresas contratadas para efetivarem os estudos iniciais, entre as quais destaca-se a Engevix, a mesma empresa que fraudou o EIA-RIMA de Barra Grande. Essa informação “oficial” possui alguns elementos: incerta, quando se refere aos questionamentos sobre os reais impactos, empregando-se os mais variados subterfúgios; e tendenciosa, pró-empresamento usando-se do “fato consumado”, sem sequer ponderar a sua viabilidade, pois não possui nenhum estudo ambiental e por consequência nenhum licenciamento, atropelando a situação por meio do repasse de dados não condizentes com a realidade, principalmente ocultando a história de conflitos socioambientais na construção de outras barragens na região. E para isso alguns lobbies formados por políticos interessados nos dividendos econômico-eleitorais auxiliam o círculo vicioso da desinformação.

O conflito já está instalado na região. Em agosto de 2013, após dois dias de mobilização, os atingidos conseguiram paralisar os trabalhos e estudos sobre as obras realizados por empresas que invadiram os terrenos de pequenos agricultores sem autorização e conhecimento dos proprietários. Além da retirada das máquinas de sondagem, outro compromisso cobrado dos responsáveis foi a necessidade de apresentar as informações, até então sonegadas, e a garantia de audiências locais, a fim de que saibam da opinião da população ameaçada pelos empreendimentos. Nas reuniões que ocorreram, uma delas na distante cidade de Santa Rosa, e não em Porto Mauá que seria atingida em 75% de seu perímetro urbano, prevaleceram as “informações” da Eletrobrás, como de praxe tendenciosas, vazias e desconstruídas, quanto aos principais questionamentos socioambientais.

O MAB, por meio de uma reunião realizada com o governo do estado, conseguiu o compromisso verbal de, junto com a Eletrobrás e o próprio governo, planejar e organizar as reuniões nas comunidades e nos municípios. Mas, como era de se esperar, infelizmente, esse acordo não foi cumprido e o Setor Elétrico e governos estão realizando essas reuniões, que são muito mais propagandas enganosas, nos municípios sem a participação do MAB.

Assim como na década de 1980, quando a resistência da região não permitiu a realização do

CONT.



Complexo Garabi, várias pessoas e setores da sociedade estão mobilizados e fazendo o contraponto, principalmente informacional, entre os quais se destacam o MAB, a colônia de pescadores, a rádio Navegantes AM, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, a pastoral social e a Igreja Católica da Diocese de Santo Ângelo, entre outros grupos organizados.

Após quatro anos do lançamento do relatório e com os novos conflitos gerados na construção de hidrelétricas no país, com destaque negativo para as desastrosas hidrelétricas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio, agora na região Noroeste do estado, verifica-se que a situação não evoluiu, e até retrocedeu, pelo não cumprimento por parte do Setor Elétrico das recomendações feitas nos relatórios oficiais nacionais e internacionais. Um setor que, atrelado a gigantescas empreiteiras e a políticos do grupo do Senador Sarney, resgata e recauchuta projetos da década de 1970, gerando outras tantas violações dos direitos humanos sobre os atingidos, agora ameaçando também o que resta do rio Uruguai, nos megaempreendimentos de Garabi e Panambi (75 mil hectares de áreas alagadas), podendo afetar dezenas de milhares de pessoas.

Por isso, quando dizemos “Não à Garabi e Panambi”, além de estarmos defendendo o belo e majestoso Rio Uruguai, seus afluentes, com suas corredeiras, florestas e áreas rurais de altíssima fertilidade, estamos nesta luta juntos com os habitantes da região, que resistem a esta insanidade. Para isso, nos aliamos aos agricultores, pescadores, comunidades ribeirinhas, veranistas de seus balneários, moradores das cidades potencialmente atingidas. Vamos cobrar a defesa da Constituição Federal que, em seu Art. 225, veda ações que promovam a extinção de espécies da flora e da fauna, como o caso do dourado, já ameaçado pelas barragens rio acima, assim como impedir que isso tudo continue afetando o Salto do Yucumã e o Parque Estadual do Turvo.

Queremos dizer que é possível e necessário Um Outro Modelo Energético, Público, com e para o povo, e assim estamos defendendo os direitos humanos, o direito de resistência e o direito de viver! Garabi e Panambi não passarão.

* Professor de Biologia, biólogo e mestre em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) e membro do Movimento Gaúcho em Defesa do Meio Ambiente (MoGdema), do Ingá e do Movimento Rio Uruguai Vivo.



Boletim de Notícias - Edição nº 41./ 2014

Brasília, 06 de março de 2014.

Embarcação da Funai naufraga no rio Negro, um índio morreu

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 06.03.2014

Foi encontrado na tarde da última terça-feira (4), o corpo do indígena que estava desaparecido após naufrágio de uma embarcação da Funai no último domingo (2), no município de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas. A informação foi divulgada apenas na quarta-feira (5), pela Marinha do Brasil, por intermédio do Comando do 9º Distrito Naval (Com9ºDN). A embarcação, que prestava serviço à Funai, naufragou por volta das 18h40, nas proximidades da comunidade São Sebastião.

As buscas foram realizadas pela equipe de Inspeção Naval do Destacamento da Marinha do Brasil, em São Gabriel da Cachoeira, com o apoio de uma Embarcação de Transporte de Topa (ETT) do Exército Brasileiro, três embarcações de moradores da comunidade e dois funcionários da FUNAI.

Um Inquérito Administrativo sobre Fatos da Navegação (IAFN) foi aberto pela Marinha, a fim de apurar as causas e responsabilidades pelo acidente.

Mais um nas contas do Cimi?

Conheça Nikifor Kalugin, o russo expulso pelo PT da Suiá Missu
SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 06.03.2014



No início da década de setenta chegava em Rio Verde-GO, uma família genuinamente russa. Trazendo na bagagem além de um grande conhecimento na atividade agrícola, os Kalugin, após muitas andanças pela Europa e China sonhavam com um lugar para viverem em paz e onde pudessem cultivar a terra. Era uma família de costumes e tradições bem diferentes dos rioverdenses e dos brasileiros da época. A comunidade russa vivia uma vida rural pacata e tranqüila totalmente absorvida com os afazeres de sua colônia agrícola. Quando em vez, viam na cidade fazer compras e acabavam despertando as atenções da população local por conta dos trajes usados tanto pelos homens quanto pelas mulheres. Os "barbudos" como eram chamados não eram comunistas, eram apenas fugitivos da ditadura comunista da União Soviética e católicos ortodoxos.

O patriarca familiar Luka Kalugin, desembarcou no Brasil nos anos cinquenta e com a sua experiência em montagem de estaleiros e portos trabalhou na construção do Porto de Paranaguá, no estado do Paraná. Pai de uma família numerosa cuidou logo de adquirir do governo brasileiro um pedaço de terra para fazer o que mais sabia; cultivá-la e fazê-la produzir. Para abrigar o seu clã, o senhor Kalugin estava determinado em encontrar e adquirir uma propriedade que fosse suficiente para que todos os filhos, genros e noras pudessem estar juntos e assim manterem a cultura moral e religiosa de seu país de origem. Foi com este objetivo que acabaram se instalando na região do sudoeste goiano, onde, tiveram uma participação direta no desenvolvimento da nascente agricultura do estado de Goiás. Natural de Rio Verde sou testemunha da presença positiva dos russos em minha cidade movimentando os

CONT.



comércios locais e em especial, os postos de combustíveis para abastecimentos de seus maquinários.

Passaram-se mais de trinta anos, tive a oportunidade de reviver a mesma cena em Mato Grosso. Em 2003, chegou em Alto Boa Vista-MT, cidade em que moro atualmente, um russo barbudo e bem parecido com o velho Luka, era o seu filho Nikifor Kalugin. Como seu pai fez, Nikifor veio em busca de um lugar que lhe desse a tranquilidade merecida e de um pedaço de terra maior para poder aumentar a sua plantação. Tendo vendido a sua então valorizada propriedade do sudoeste goiano, Nikifor, comprou 1.700 ha, na área da Suiá-Missu, através de uma transação perfeitamente legal de compra e venda, ele obtém a escritura de sua propriedade no cartório de registro de imóveis da Comarca de São Félix do Araguaia, denominada de fazenda "Oregon," em homenagem a sua irmã que reside no Estados Unidos.

Construiu casa, barracão de máquinas e oficina, cercou a propriedade e reformou as pastagens. De repente, o que era prazer e projetos se transforma em pesadelo. A terra que parecia ter um dono é confiscada pelo governo de forma sumaria e arbitrária perante os olhos da Justiça. Nikifor é escoraçado como todos os demais que acreditavam confiantemente na lei e no respeito ao direito de propriedade consagrados na constituição brasileira. Enquanto isso, O Ministério Público Federal, um órgão instituído para fiscalizar a aplicação da lei e proteger o cidadão, patrimônio maior da nação, em seu jogo de parcialidade e de conluio com a FUNAI, transforma homens de bem em bandidos fomentando a instabilidade e a divisão étnica do povo brasileiro.

Texto e foto e Calixto Guimarães



Governo monta base em Nazaré para atender desabrigados

SÍTIO JARU ON LINE, 06.03.2014

O Coordenador da Defesa Civil do Estado e Comandante Geral do Corpo de Bombeiros, Coronel BM Lioberto Ubirajara Caetano de Souza juntamente com o representante do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (GADE), do Ministério da Defesa Civil Nacional, Roosevelt Ferreira Pires sobrevoaram a região do baixo e médio Madeira na tarde de segunda-feira, 3, para acompanhar os trabalhos de socorro às vítimas da enchente, que já atingiu mais de duas mil famílias em todo o Estado, deixando desabrigadas cerca de 10 mil pessoas.

A enchente atinge vários municípios do Estado, mas a situação mais grave é dos moradores ribeirinhos às margens do rio Madeira, principalmente do distrito de São Carlos que está totalmente de baixo d'água. O governo do Estado em parceria com a União está montando uma base no distrito de Nazaré para alojar as famílias atingidas pela enchente.

Segundo o Cel. BM Caetano estão sendo montadas 75 barracas nos próximos dois dias e conforme a evolução do nível da água do rio Madeira deverão ser montadas mais 200 barracas. O local está sendo chamado pelos desabrigados de cidade de lona. O governo do Estado também está levando infraestrutura para a localidade para atender a população.

Será montada uma base do governo no local que irá administrar todo o trabalho como distribuição de cestas básicas, água potável, atendimento médico, além de manter na localidade uma aeronave e um helicóptero para dar assistência à população desabrigada. O Exército montou uma antena de celular para facilitar a comunicação. Os distritos ao longo do rio Madeira estão sem energia elétrica, o motor que gerava energia também foi alagado.

O representante do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (GADE), do Ministério da Defesa Civil Nacional, Roosevelt Ferreira Pires, disse que o governo federal tem ajudado o Estado e os municípios, inicialmente com Plano de Resposta no valor de R\$ 564 mil e, num segundo momento, com a decretação de estado de emergência, onde deverão ser liberados R\$ 16 milhões na próxima semana.

A situação dos moradores é desesperadora. Grande parte deles perdeu tudo que tinha. É o caso de Francisco Sales, que perdeu a casa em que morava com a família e uma pequena mercearia que lhe garantia o sustento da família. A situação de Vêneide Marcolino Pires também não é diferente. Ela o marido, os filhos, a mãe e os irmãos estão abrigados em uma igreja que também está prestes a ser atingida pela água. Esta é a maior enchente dos últimos cem anos e os prejuízos ainda são incalculáveis.



Em 8 anos, MT perde 76 mil hectares de reservas e parques

SÍTIO BAND FM/JUÍNA, 06.03.2014

Entre 1995 e 2013, os governos federal e estadual retiraram em Mato Grosso a proteção de 76.064 hectares, em três regiões diferentes que, até então, tinham restrições dentro da Amazônia Legal.

Os números constam no levantamento "Desmatamento em Áreas Protegidas Reduzidas na Amazônia", feito pelo Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e divulgado neste ano.

De acordo com o estudo, a primeira retirada ocorreu em 2003, no Parque Estadual do Xingu (Nordeste do Estado), em que 39.439 hectares "saíram" da preservação.

A segunda retirada foi em 2005, na Estação Ecológica Rio Ronuro, no Município de Nova Ubiratã (502 km ao Norte de Cuiabá), onde 29.795 hectares deixaram de fazer parte da área de preservação.

O terceiro local é o Parque Estadual do Araguaia (Leste de MT), onde, em 2006, 6.830 hectares foram retirados.

Além de Mato Grosso, Pará e Rondônia também tiveram porções de terras retiradas de Áreas de Protegidas (AP), Unidades de Conservação (UC) ou Terras Indígenas (TI).

A maior retirada foi no Pará, na Terra Indígena Baú, em que 303.038 hectares saíram da preservação em 2003.

No total, os três estados somam 2,5 milhões de hectares retirados nesses 18 anos.

Conforme o Imazon, as principais justificativas para que as terras fossem retiradas da proteção foram, em 74% dos casos, as ocupações, e, em 42%, a instalação de projetos hidrelétricos.

Na análise da entidade, sem proteção, o desmatamento aumentou significativamente nas áreas. Em algumas, esse crescimento chegou a 50%.

Futuro

Segundo o Imazon, a expansão de estradas, hidrelétricas e políticas públicas nas regiões estudadas sugerem que novas alterações podem ocorrer, o que, para o instituto, aumentará o risco de mais desmatamentos.

A entidade sugere à população local que combata a diminuição de áreas de proteção com fiscalização de crimes ambientais de maneiras mais efetiva, acelere a integração econômica de Unidades de Conservação (UCs) com a economia local, regularize a situação nas áreas já



Boletim de Notícias - Edição nº 41./ 2014

Brasília, 06 de março de 2014.

ocupadas e evite perdas quando a alteração for inevitável.

Confira o mapa. Áreas 5, 6 e 10 representam Xingu, Rio Ronuro e Araguaia, respectivamente:



Boletim de Notícias - Edição nº 41./ 2014

Brasília, 06 de março de 2014.

Jandira Feghali: PCdoB é contra a PEC 215

SÍTIO VERMELHO, 06.03.2014

Líder da bancada, deputada federal Jandira Feghali (PCdoB/RJ), recebe lideranças indígenas e reforça posição do partido contra a Proposta de Emenda à Constituição 215 (PEC 2015), que transfere ao Poder Legislativo a demarcação de terras indígenas. Para a parlamentar comunista "essa PEC é inconstitucional".

http://www.youtube.com/watch?v=UGhQa8u2Ruk&feature=player_embedded



Xingu recebe índios norte-americanos

SÍTIO O XINGU, 06.03.2014

Cinco representantes indígenas e dois ativistas norte-americanos estiveram em Altamira na última semana, onde passaram sete dias dando depoimentos e trocando experiências com pescadores, ribeirinhos, indígenas e cidadãos impactados por Belo Monte. "Acompanhamos essa batalha de Belo Monte há alguns anos e sentimos muito no coração essa dor e sofrimento. A gente não quer ver o povo do Xingu passar pelo que a gente passou. Não queremos que essa mesma história que aconteceu com a gente se repita", conta Anna Collegrove, 24, da etnia Hoopa.

A luta dos cerca de 20 mil indígenas que vivem à margem do Klatmath começou logo após a construção da última barragem, em 1964, e foi intensificada em 2002, quando 70 mil peixes morreram por causa das barragens. "Foi preciso que nós chegássemos no fundo do poço para nos unir, mas não queremos que isso aconteça com vocês", alerta Anna. Assim como setores do governo defendem a inexorabilidade de Belo Monte, o complexo californiano também era dado como fato consumado.

"As barragens já estavam construídas e diziam que nada mais poderia ser feito", afirma Sammy, indígena e pescador da etnia Yurok.

Em 2000, os indígenas começaram uma série de protestos para impedir que a licença de funcionamento das hidrelétricas fosse renovada.

"Quando começamos a lutar, diziam que era impossível também. Só foi possível a luta porque a gente via a garra dos nossos pais e avós. Então é muito importante que vocês não deixem de acreditar para que as crianças não deixem de lutar. Vocês tem que acreditar que é possível", incentiva Sammy Gensaw.

A agenda do grupo em Altamira foi intensa. No primeiro dia, eles participaram de uma reunião com integrantes do Movimento Xingu Vivo e, no dia seguinte, logo ao amanhecer, seguiram viagem até a aldeia Potkrô, dos indígenas da etnia Xikrin, onde passaram dois dias. Na volta, fizeram um sobrevoo nos canteiros de Belo Monte e na sexta participaram de um encontro com estudantes, pescadores e indígenas locais na Universidade Federal do Pará, campus Altamira.

De acordo com a coordenadora do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, Antônia Melo, a visita dos indígenas serve como um grande impulso e renovação na luta contra Belo Monte. Para Melo, a visita "é um momento muito oportuno. É uma experiência fantástica, protagonista, de luta e resistência. A vinda desse grupo é um grande sinal para dar uma voz de esperança para os povos indígenas do Xingu. Um chamado a reagir.

A não se acomodar. A reagir contra tudo isso. Contra esse crime que é Belo Monte". O grupo agora segue viagem até Brasília e de lá volta aos Estados Unidos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 41./ 2014

Brasília, 06 de março de 2014.

"É uma experiência fantástica, protagonista, de luta e resistência"

O Liberal



Advogado terena de MS fará inédita defesa de mestrado em área de retomada
SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 06.03.2014

Pela primeira vez no país, uma área de retomada indígena será palco de uma defesa de mestrado, a façanha será em Mato Grosso do Sul, em Taunay Ipegue, distrito de Aquidauana. O autor do projeto é o advogado Luiz Henrique Eloy, de 25 anos, terena, nascido na aldeia Ipegue. Já conhecido no Estado por defender as causas que envolvem os impasses nas demarcações de terras indígenas, agora o advogado movimenta a aldeia e até estrangeiros irão acompanhar a defesa.

Marcada para a próxima quinta-feira (13), a apresentação da tese para a banca examinadora será o desfecho de dois anos de trabalho. Tudo começou sob orientação do professor e historiador Antônio Brand, referência internacional em relação aos territórios indígenas e falecido em setembro de 2012.

“O professor Brand orientou meu pré-projeto e a primeira fase da pesquisa, ele me incentivou a fazer a defesa em área de retomada. É um momento inédito porque a academia sai dos muros da universidade e vai para o campo da pesquisa”, explica Luiz.

Com o tema “Poké'exa ûti – O território indígena como direito fundamental para o etnodesenvolvimento local”, o trabalho abrange questões sobre a demarcação de terras indígenas e os entraves jurídicos, principalmente em áreas terenas de Mato Grosso do Sul.

A defesa do projeto movimenta a área da antiga Fazenda Esperança, batizada como Retomada Esperança. Além dos três professores doutores em direito que irão fazer parte da banca, alunos do mestrado da UCDB (Universidade Católica Dom Bosco) e outros 20 estrangeiros que cursam mestrado em uma parceria da universidade com uma instituição da Europa acompanharão a apresentação.

Também são esperados representantes da Funai (Fundação Nacional do Índio) e do MPF (Ministério Público Federal). Com tantos não-índios na aldeia, a comunidade que hoje soma 70 famílias prepara uma festa.

“Eles receberam com muita alegria, estão construindo um galpão de palha onde será feita a defesa. Já houve defesas de mestrado em aldeias, mas em uma área de retomada é a primeira vez, eu estou nervoso, mas vai dar tudo certo”, completa o advogado que já tem planos de fazer doutorado na UNB (Universidade Nacional de Brasília) no ano que vem.

Terra Taunay Ipegue - Atualmente com 6,4 mil hectares, a terra Ipegue é motivo de uma antiga luta entre fazendeiros e indígenas. Reconhecidas como terra indígena, são mais de 30 mil hectares. A antiga Fazenda Esperança, onde hoje vivem 70 famílias, continua sendo de posse indígena por força de uma decisão da Justiça Federal em São Paulo.



Governo do Tocantins garante pavimentação da TO-126

SÍTIO O PROGRESSO, 06.03.2014

(Tocantinópolis-TO) - Em reunião com líderes indígenas e moradores de Tocantinópolis (517 km de Palmas) na manhã deste sábado, 1º, o governador em exercício Sandoval Cardoso garantiu que o Governo do Estado fará pavimentação de dois trechos da TO-126, que liga o município a Maurilândia.

Cardoso fez questão de ir à comunidade no sábado, com objetivo de discutir com moradores a situação do local. "Minha missão aqui é estabelecer o diálogo, o entendimento, preservar o patrimônio público e a ordem e, em respeito a vocês, com o aval do governador Siqueira Campos, digo que o Estado fará sua parte na pavimentação da TO-126 no que lhe compete. E, todos juntos, vamos a Brasília onde está a solução do problema da pavimentação dentro da reserva indígena", anunciou aos moradores, no encontro realizado no povoado Folha Grossa, em Tocantinópolis. Com a garantia, índios liberaram a via e finalizaram protesto.

Segundo o governador em exercício, cabe ao Estado pavimentar dois trechos fora da reserva indígena Apinajé que totalizam 13,5 quilômetros. O primeiro, de 9 km, liga Tocantinópolis até a divisa da aldeia. Já o restante, de 4,5 km, compreende do outro extremo da divisa da reserva até Maurilândia. "É fundamental esclarecer a vocês que a parte que o Estado pode atuar compreende esses dois trechos. O restante, de aproximadamente 28 km, depende de licenças de órgãos federais como Ibama e Funai. Sem essas autorizações não é possível atuar dentro da reserva."

Além de garantir a realização da obra, Sandoval Cardoso propôs aos líderes indígenas e convocou deputados estaduais, a bancada federal e membros da comunidade para criar uma comissão. O grupo ficará com a responsabilidade de buscar junto aos órgãos federais as licenças necessárias para pavimentar o trecho dentro da reserva.

Obras

Presente na comitiva do governador em exercício, o secretário de Infraestrutura do Estado e presidente da Agetrans, Kaká Nogueira, informou que as obras terão início logo após o período de estiagem. "Por determinação do governador, assim que o período de chuva cessar iniciaremos os trabalhos com o objetivo de concluir e entregar o trecho neste ano", disse. "Com esta iniciativa do governador em exercício Sandoval Cardoso de vir aqui o governo mostra que tem disposição de fazer a obra dentro do perímetro de responsabilidade do Estado", complementou.

O deputado estadual José Bonifácio disse estar esperançoso com a realização da obra. "A obra é muito importante para as comunidades. Hoje aqui foi uma reunião histórica para as comunidades beneficiadas com este comprometimento do governo", disse.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 41./ 2014

Brasília, 06 de março de 2014.

Para o prefeito de Tocantinópolis, Fabion Gomes, a obra é uma reivindicação antiga dos moradores. A prefeita de Maurilândia, Leoneide Sobreira, disse estar satisfeita com o empenho do governo para solucionar o problema. E ressaltou a ação do governo do Estado no Bico ao lembrar que no último dia 21 Sandoval Cardoso esteve em Maurilândia, onde assinou ordem de serviço para pavimentar 21 quilômetros da TO-126, que liga Itaguatins a Maurilândia. Depois de pronto, este será o primeiro trecho de acesso pavimentado a Maurilândia.

Também acompanharam a comitiva do governador Sandoval Cardoso o secretário de Segurança Pública, José Eliú de Andrada, e o representante da aldeia apinajé, Evalci Kunum. (ATN)



Abertas inscrições para processo seletivo de estudantes indígenas

SÍTIO UFMT, 06.03.2014

A Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), por meio da Secretaria de Articulação e Relações Institucionais (Sari), divulgou o edital com as normas, rotinas e procedimentos necessários ao ingresso, no período letivo de 2014, nos cursos de graduação, exclusivamente para estudantes dos povos indígenas de Mato Grosso. São ofertadas 37 vagas, distribuídas entre os campi de Cuiabá (20 vagas), do Araguaia, unidade de Pontal do Araguaia (quatro vagas), Rondonópolis (nove vagas) e de Sinop (quatro vagas). As vagas são para os cursos de Ciências Sociais, Direito, Geologia, Medicina Veterinária, Ciências e Tecnologia de Alimentos, Enfermagem, Engenharia Sanitária e Ambiental, Serviço Social e Zootecnia, no campus de Cuiabá; Direito e Farmácia, campus do Araguaia; Agronomia e Enfermagem, no campus de Sinop; e Ciências Biológicas, Enfermagem, Engenharia Agrícola e Ambiental e Medicina, campus de Rondonópolis.

As inscrições para o processo seletivo específico para estudantes dos povos indígenas de Mato Grosso podem ser realizadas até o dia 10 de março, via internet, no endereço eletrônico www.ufmt.br/concursos. Além de preencher o formulário de inscrição, o candidato deve encaminhar à Sari, até o dia 10 de março, a carta de recomendação, devidamente preenchida e assinada pela liderança da comunidade indígena à qual pertence, e o questionário socioeducacional, disponíveis no endereço eletrônico www.ufmt.br/concursos.

As inscrições deferidas serão divulgadas a partir do dia 14 de março. O local de realização das provas será divulgado a partir do dia 18 de março. As provas objetivas e de redação serão aplicadas no dia 28 de março. A prova oral será aplicada nos dias 4, 5 e 6 de abril. O resultado final será divulgado no dia 10 de abril. A matrícula deverá ser efetivada no dia 11 de abril, no campus de Cuiabá.

Mais informações podem ser obtidas pelos telefones (65) 3615 8151 e 3615 8152.

Confira a íntegra do edital (<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=56&data=28/02/2014>).



Acadêmicos indígenas chegam à Prefeitura para cobrar transporte gratuito

SÍTIO RONDA DO MS, 06.03.2014

Um grupo com cerca de trinta manifestantes indígenas das aldeias Córrego do Meio e Lagoinha, localizadas no Território Buriti, município de Sidrolândia, chegou à Prefeitura por volta das 8h15 desta quinta-feira (06).

Alguns pintados e com trajes típicos indígenas, junto com as lideranças, pretendem ser recebidos em audiência pelo prefeito Ari Basso (PSDB) no gabinete.

Segundo o cacique Antônio Aparecido (Baiano), da Aldeia Córrego do Meio, os acadêmicos indígenas cobram a continuidade da gratuidade do transporte universitário e de cursistas até as instituições de Campo Grande e Maracaju, cujo repasse pela Prefeitura foi reduzido, obrigando estudantes a arcar com parte dos recursos para viabilizar o acesso ao ensino superior.

Em reunião há alguns dias quando universitários indígenas ocuparam o Paço Municipal, o prefeito se comprometeu com a gratuidade do transporte dos acadêmicos, das aldeias e assentamentos até o perímetro urbano.

Dentro da cidade, o grupo se juntaria aos acadêmicos filiados à União Estudantil (UES), arcando com parte do transporte até Campo Grande ou Maracaju, já que a partir de 2014, foi reduzido pela Prefeitura o investimento com este benefício.

Este é o ponto de discordância dos indígenas, que pretendem sensibilizar o prefeito a voltar atrás, mantendo a gratuidade do transporte dos universitários e cursistas.

Mauro Silva



Repetindo, pela importância: "Ditadura criou cadeias para índios com trabalhos forçados e torturas"

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.03.2014

A reportagem abaixo, da Pública, foi postada neste blog em 24 de junho de 2013. Decidimos republicá-la, hoje, pela sua importância e atualidade. (Tania Pacheco)

http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=FwSoU3r1O-Q

Acusações de vadiagem, consumo de álcool e pederastia jogaram índios em prisões durante o regime militar; para pesquisadores, sociedade deve reconhecê-los como presos políticos

Por André Campos* – Agência Pública

Durante os anos de chumbo, após o golpe de 1964, a Fundação Nacional do Índio (Funai) manteve silenciosamente em Minas Gerais dois centros para a detenção de índios considerados "infratores". Para lá foram levados mais de cem indivíduos de dezenas de etnias, oriundas de ao menos 11 estados das cinco regiões do país. O Reformatório Krenak, em Resplendor (MG), e a Fazenda Guarani, em Carmésia (MG), eram geridos e vigiados por policiais militares. Sobre eles recaem diversas denúncias de violações de direitos humanos.

Os "campos de concentração" étnicos em Minas Gerais representaram uma radicalização de práticas repressivas que já existiam na época do antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) – órgão federal, criado em 1910, substituído pela Funai em 1967. Em diversas aldeias, os servidores do SPI, muitos deles de origem militar, implantaram castigos cruéis e cadeias desumanas para prender índios.

Os anos desde o fim da ditadura pouco contribuíram para tirar da obscuridade a existência dos presídios indígenas. Um silêncio que incomoda novas lideranças como Douglas Krenak, 30 anos, ex-coordenador do Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais (Copimg). "Em 2009, recebi um convite para participar das comemorações, em Belo Horizonte (MG), dos 30 anos da Anistia no Brasil. Havia toda uma discussão sobre a indenização dos que sofreram com a ditadura, mas a questão indígena não foi nem sequer lembrada", reclama.

Douglas é mais um entre os que têm histórias familiares de violência física e cultural sofridas nesse período. "Meu avô foi preso no reformatório Krenak", conta. "Chegou a ser arrastado com o cavalo de um militar, amarrado pelos pés".

Para a pedagoga Geralda Soares, ex-integrante do Conselho Indigenista Missionário em Minas Gerais (Cimi/MG), é fundamental reparar a dívida com os indígenas vítimas de violências no período – que, acredita ela, não difere daquela reconhecida como direito de outros grupos que sofreram nos porões da ditadura. "Muitos desses índios, na minha concepção, são presos

CONT.



políticos. Na verdade, eles estavam em uma luta justa, lutando pela terra”, defende. Não existe, no Brasil, nenhum indivíduo ou comunidade indígena indenizado pelos crimes cometidos pelo Estado nessas áreas de confinamento.

“Se cabe para os outros, porque não cabe para os índios?”, questiona Maria Hilda Baqueiro Paraíso, professora associada da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Ela lembra que há relatos de pessoas desaparecidas após ingressarem em tais locais, cujos familiares vivem até hoje sem qualquer tipo de resposta do Estado ou política de reparação.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV), instalada pelo governo federal em maio de 2012, definiu os crimes contra camponeses e indígenas como um dos seus 13 eixos de trabalho. O balanço de um ano de atividades da CNV, divulgado recentemente, informa que a existência de prisões destinadas a índios é um dos seus objetos de pesquisa. A Agência Pública entrou em contato para saber mais detalhes sobre as apurações que estão sendo realizadas, mas a Comissão não se pronunciou.

Espancamentos e trabalhos forçados no “centro de reeducação” Krenak

Em 1965, o combalido Serviço de Proteção aos Índios (SPI), afundado em denúncias de inoperância e corrupção, começou a negociar um convênio com o governo de Minas Gerais, através do qual o Executivo estadual assumiria a incumbência de garantir a ordem e a assistência às aldeias locais. O acordo foi ratificado posteriormente pela Fundação Nacional do Índio (Funai), em 1967. Assim nasceu Reformatório Agrícola Indígena Krenak, um “centro de recuperação” de índios mantido pela ditadura militar no município de Resplendor (MG).

Sem alarde, o reformatório – por vezes também chamado de Centro de Reeducação Indígena Krenak – começou a funcionar em 1969 em uma área rural dentro do Posto Indígena Guido Marlière. As atividades locais eram comandadas por oficiais da Polícia Militar mineira, que, após o estabelecimento do convênio, assumiram postos-chave na administração local da Funai.

Nos anos seguintes, foram enviados para lá mais de cem índios, pertencentes a dezenas de comunidades. Um mosaico de etnias que incluía desde habitantes do extremo norte do país, como os índios ashaninka e urubu-kaapor, a povos típicos do sul e do sudeste, como os guaranis e os kaingangs.

Até hoje, muito pouco se divulgou sobre o que de fato acontecia no local. “O reformatório não teve sua criação publicada em jornais ou veiculada em uma portaria”, escreve o pesquisador José Gabriel Silveira Corrêa, autor de um dos poucos estudos sobre a instituição. “Seu funcionamento e a própria ‘recuperação’ lá executada passavam pela manutenção do sigilo”.

Em 1972, o então senador pela Aliança Renovadora Nacional (Arena) – partido de sustentação da ditadura – Osires Teixeira, se pronunciou sobre o tema na tribuna do Senado, em uma poucas manifestações conhecidas de agentes do Estado sobre o reformatório. Afirmou que os índios levados ao Krenak retornavam às suas comunidades com uma nova profissão, mais conhecimentos e saúde e em melhores condições de contribuir com o seu cacique. “O Brasil tem sido vítima de ignóbeis explorações de sua política indigenista por órgão da imprensa no

CONT.



exterior, quando, na verdade, todos sabemos que o Brasil foi o único país do continente que, para a conquista de sua civilização, jamais dizimou tribos indígenas”, afirmou Teixeira.

Relatos atuais de ex-presos e familiares, no entanto, revelam uma realidade muito diferente daquela descrita pelo senador da Arena.

Trabalho escravo

A sede do reformatório possuía duas edificações. Numa delas ficava a administração, o almoxarifado e o alojamento dos guardas. Já a outra era o reformatório propriamente dito. Dispunha de cozinha e refeitório, além de duas celas individuais, dois confinamentos coletivos e dois cubículos para detenção – estes últimos destinados a encarcerar quem cometesse faltas graves no dia a dia correcional.

Pela manhã, após o desjejum, os “confinados” – jargão utilizado para designar os índios – eram levados para trabalhos rurais, que prosseguiam também depois do almoço. No fim do dia, numa rotina tipicamente prisional, eram postos para dormir após o banho e o jantar coletivo.

“Íamos até um brejo, com água até o joelho, plantar arroz”, revela Diógenes Ferreira dos Santos, índio pataxó levado ao Krenak em 1969. “Botavam a gente para arrancar mato, no meio das cobras, e os guardas ficavam em roda vigiando, todos armados”, complementa João Batista de Oliveira, conhecido como João Bugre, da etnia krenak. A região onde foi instalado o reformatório era habitada pelos índios krenaks, e muitos de seus representantes também foram presos.

A reportagem da Agência Pública teve acesso a diversos documentos produzidos pelos policiais que comandavam as atividades do reformatório – ofícios, telegramas e fichas individuais que acompanhavam, mês a mês, o comportamento dos presos. Uma dessas fichas, de um índio da etnia karajá, descrito como lerdo e preguiçoso, deixa claro a obrigatoriedade dos trabalhos braçais. “É um elemento fraco, parecendo até mesmo ser um retardado. Se pudesse, não faria nenhum serviço.”

Outras formas de tratamento degradante, como, por exemplo, escassez no fornecimento de comida, calçados e vestimentas, também estão explicitadas nesses ofícios. “À tarde eles chegam do serviço, tomam banho e vestem a mesma roupa molhada de suor”, escreve o cabo da PM Antônio Vicente, então chefe do Posto Indígena Guido Marlière, em telegrama de 1971, pedindo providências a seus superiores.

Em 1972, outro comunicado informa que se esgotaram todos os alimentos locais. “Os índios confinados estão se alimentando de pura mandioca e inhme. Considerando-se a precariedade da alimentação, serão suspensos os trabalhos braçais.”

Crime e castigo

Homicídios, roubos e o consumo de álcool nas áreas tribais – na época fortemente repreendido
CONT.



pela Funai – são alguns dos motivos alegados para a transferência de índios ao Krenak. Além disso, os documentos do órgão também citam brigas internas, uso de drogas, prostituição, conflitos com os chefes de posto, indivíduos penalizados pelo “vício de pederastia” e atos descritos, não raro de forma bastante vaga, como vadiagem.

Segundo os registros oficiais, alguns índios permaneceram por mais de três anos e havia indivíduos sobre os quais desconhecia-se até o suposto delito. “Não sabemos a causa real que motivou o seu encaminhamento, uma vez que não recebemos o relatório de origem”, escreve o cabo Vicente, ao escritório central da Ajudância Minas-Bahia da Funai, a respeito de um xavante, considerado de bom comportamento, que lá estava há mais de cinco meses.

“Uma das histórias contadas é a de dois índios urubu-kaápor que, no Krenak, apanharam muito para que confessassem o crime que os levou até lá”, explica Geralda Chaves Soares, que trabalhou do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) em Minas Gerais, e atua como pesquisadora da história indígena no estado. “O problema é que eles nem sequer falavam português”.

Surras com chicotes e o confinamento em solitária eram outros castigos aplicados, segundo os relatos colhidos pela pesquisadora.

Se comunicar em língua indígena, diz o ex-preso João Bugre, era terminantemente proibido. “Você era repreendido, pois os guardas achavam que a gente estava falando deles”, lembra. Situação ainda mais difícil para aqueles que não sabiam português. “Tinha que aprender na marra. Ou falava, ou apanhava”.

Bugre foi preso em 1970. O registro sobre o caso, descrito nos documentos da Funai, afirma que ele transportou cachaça para dentro da aldeia e se embriagou com outros índios. “João Bugre está insuportável pelas desobediências que vem cometendo. Já faz juz a um confinamento e está detido em alojamento separado”, relata o documento.

“Muitos, como eu, não tinham feito nada. Tomei uma pinga. Será que uma pinga pode deixar alguém preso quase um ano?”, questiona ele. Bugre afirma ter ficado preso no reformatório por cerca de nove meses.

Além do consumo de bebida, também sair da área do posto indígena era considerada uma falta grave. “Meu avô chegou a ser arrastado com o cavalo de um militar, amarrado pelos pés, porque tinha saído da aldeia”, revela Douglas Krenak. “Eu, uma vez, fiquei 17 dias preso porque atravessei o rio sem ordem, e fui jogar uma sinuquinha na cidade”, rememora José Alfredo de Oliveira, também índio Krenak.

São exemplos do comportamento comumente classificado como “vadiagem” pelos representantes do órgão indigenista na época. Até mesmo atividades tradicionais de caça e pesca fora dos postos indígenas – não raro pequenos e impróprios para prover a alimentação básica – podiam, segundo relatos, levar índios a temporadas correcionais.

Via de regra, os presos lá chegavam a pedido dos administradores regionais das áreas

CONT.



indígenas. Mas, em alguns casos, por ordem direta de altos escalões em Brasília. É o caso de um índio canela encaminhado à instituição em julho de 1969. "Além do tradicional comportamento inquieto da etnia – andarilhos contumazes –, o referido é dado ao vício da embriaguez, quando se torna agressivo e por vezes perigoso. Como representa um péssimo exemplo para a sua comunidade, achamos por bem confiá-lo a um período de recuperação na Colônia de Krenak", atesta ofício emitido pelo diretor do Departamento de Assistência da Funai, Lourival Lucena.

Conflitos de terra

O depoimento do pataxó Diógenes Ferreira dos Santos sugere um outro motivo para a prisão de indígenas no reformatório Krenak.

Em meados da década de 1960, ele era apenas uma criança no dia em que, conforme conta, viu dois policiais chegando à Reserva Indígena Caramuru – um vasto território de Mata Atlântica, no sul da Bahia, tradicionalmente ocupado pelos pataxós. Vieram acionados por um fazendeiro, que reclamava ser o dono daquele local. "Tinha uma árvore ali em frente (onde Diógenes vivia com seus pais), e eles cravejaram de bala. Depois mandaram tirar tudo o que tinha dentro da nossa casa, e meteram fogo nela", diz.

Sua família migrou então para uma área próxima, onde viveram "de favor" por cinco anos, instalando benfeitorias para um fazendeiro. Até o dia em que o pretenso proprietário vendeu o local, deixando-os novamente desalojados.

"Já que não tínhamos apoio de ninguém, decidimos voltar ao Caramuru", conta Diógenes. Expulsaram o novo ocupante local, mas 15 dias depois novamente apareceram policiais, dessa vez incumbidos de levar, Diógenes e seu pai, até a cidade mais próxima. "Disseram que o Capitão Pinheiro (Manoel dos Santos Pinheiro, chefe da Ajudância Minas Bahia da Funai) estava nos esperando", lembra. "Ficamos então seis dias presos na delegacia de Pau Brasil (BA), até que veio a ordem de nos levarem para o Krenak".

Nessa época, Diógenes era adolescente. Por ironia do destino, ainda viveu para ver a Funai lhe dar razão em seu pleito. Em 1982, o órgão entrou com uma ação pedindo a declaração de nulidade de todas as propriedades de não índios instaladas dentro da Reserva Indígena Caramuru. Após anos de disputa judicial, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, em maio de 2012, a favor dos índios.

Mesmo assim, Diógenes ainda sofre com esse passado. "Eu não gosto nem de falar, porque me dá ódio. É difícil estar preso por um erro. Trabalhando para sobreviver, ir pra cadeia?", questiona.

Desaparecidos

Algumas mulheres krenaks, que chegaram a ser recrutadas pelos policiais da Funai para trabalhar no reformatório, também são tertemunhas das violências desse período. "Quem fugia da cadeia sofria na mão deles", afirma Maria Sônia Krenak, que foi cozinheira no local.

CONT.



Além dos espancamentos, há relatos sobre perseguições acompanhadas de tiros, e de presos que nunca mais foram vistos. "Saiu um bocado ali que não voltou mais", revela.

Um dos desaparecidos é Dedé Baenã, ex-habitante de terras no sul da Bahia, cujo sumiço é confirmado pelo depoimento de índios e não-índios. Ofícios da Funai afirmam que, em agosto de 1969, ele foi levado ao Krenak a pedido de um funcionário do órgão. O documento o qualifica como um "índio problema", violento quando embriagado e dono de vasto histórico de agressões a "civilizados".

Maria Hilda Baqueiro Paraíso, professora associada da Universidade Federal da Bahia (UFBA), realiza pesquisas há décadas junto a comunidades indígenas da região. E revela uma versão diferente para a prisão de Dedé Baenã. "Foi numa ocasião em que o Capitão Pinheiro esteve na Bahia anunciando a suspensão da assistência aos índios locais. Dedé se revoltou e fez um discurso contra a administração do órgão. Saiu de lá já preso", conta.

Após ingressar no reformatório, ele nunca mais foi visto. "Diz-se que ele teria sido executado por um militar que fazia a segurança dos índios presos na área Krenak", comenta um indígena que vive na região onde Dedé nasceu.

*Autor de reportagens e documentários investigativos e pesquisa há cinco anos as cadeias indígenas da ditadura. Esta reportagem foi realizada através do Concurso de Microbolsas de Reportagem da Pública.



Boletim de Notícias - Edição nº 41./ 2014

Brasília, 06 de março de 2014.

Projeto "Defesa e Garantia de uso dos Territórios Sagrados da Grande São Paulo pelos Povos Tradicionais de Matriz Africana"

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.03.2014

TERRITÓRIOS SAGRADOS DE CULTO AOS ORIXÁS, NKISES, VODUNS E GUIAS*

* Espaços onde é possível acessar materiais tais como água, terra, folhas, cascas, lama, pedras, etc

**QUAIS UTILIZAMOS?
QUAIS AS DIFICULDADES?
QUAIS SÃO NOSSOS DIREITOS?
COMO REIVINDICÁ-LOS?**

AGENDA DOS ENCONTROS

POLO 1, composto pelas subprefeituras de Ipiranga, Aricanduva, Mooca, Sapopemba/ Vila Prudente, São Mateus e pelos municípios de Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André e São Caetano do Sul.
AUDITÓRIO DA SEMASA - Av. José Caballero, 249 - Centro, Santo André - SP | 14 de Fevereiro | 17h às 20h

POLO 2, formado pelas subprefeituras de M'Boi Mirim, Socorro/ Cidade Ademar, Parelheiros, Campo Limpo, Vila Mariana, Santo Amaro, Jabaquara e pelos municípios de Embu-Guaçu, Jujutiba, São Lourenço da Serra, São Bernardo e Diadema.
CASA DE CULTURA DO M'BOI MIRIM - Av. Inácio Dias da Silva, 1192 - Piraporinha, São Paulo - SP | 26 Fevereiro | 16h às 19h

POLO 3, composto pelas subprefeituras de Casa Verde, Cachoeirinha, Santana/ Tucuruvi, Tremembé/ Jaconá, Vila Maria/ Vila Guilherme e pelos municípios de Caieiras, Cajamar, Francisco Morato, Franco da Rocha e Mairiporã.
CENTRO CULTURAL DA JUVENTUDE - Avenida Deputado Emílio Carlos, 3641 - Limão, São Paulo - SP | 07 de Março | 14h às 17h

POLO 4, composto pelas subprefeituras de Pinheiros, Butantã, Lapa, Sê e pelos municípios de Embu das Artes, Cotia, Itapeverica da Serra, Vargem Grande Paulista e Taboão da Serra.
CENTRO CULTURAL MESTRE ASSIS - Largo 21 de Abril, 29 - Centro, Embu das Artes, SP | 08 de Março | 10h às 13h

O KOFILABA convida você Mãe e Pai, Zeladora e Zelador, Dirigente, Liderança, enfim Autoridade Tradicional e a todos e todas integrantes de Casas, Roças, Terreiros a participar dos encontros regionais para identificar e levantar situações de conflitos no acesso aos territórios sagrados. Os encontros fazem parte do projeto "Defesa e Garantia de uso dos Territórios Sagrados da Grande São Paulo pelos Povos Tradicionais de Matriz Africana", que visa lutar contra a violação e pela garantia de direitos dos nossos povos.



POLO 5, composto pelas subprefeituras de Perus, Piratuba, Freguesia do O/ Brasilândia e pelos municípios de Barueri, Carapicuíba, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus e Santana do Parnaíba.
CÂMARA DE VEREADORES DE CARAPICUÍBA - Av. Miriam, 92 - Centro, Carapicuíba, SP | 14 de Março | 14h às 17h

POLO 6, composto pelas subprefeituras de Ermelino Matarazzo, Penha e Itaquerá e pelos municípios de Arujá, Guarulhos e Santa Isabel.
CENTRO EDUCACIONAL ADAMASTOR - Avenida Monteiro Lobato, 734 - Centro, Guarulhos - SP | 21 de Março | 16h às 19h

POLO 7, composto pelas subprefeituras de Itaim Paulista, Gualanazes, Cidade Tiradentes, São Miguel e pelos municípios de Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis e Suzano.
CEU LAGEADO - Rua Manuel da Mota Coutinho, 293 - Gualanazes, São Paulo - SP | 05 de Abril | 10h às 13h

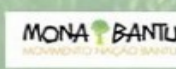
**Projeto
DEFESA E GARANTIA DE USO DOS
TERRITÓRIOS SAGRADOS
DA GRANDE SÃO PAULO PELOS
POVOS TRADICIONAIS DE
MATRIZ AFRICANA**

Mais informações: (11) 2773-6285 | 98144-0288
kofilaba@ig.com.br | www.kofilaba.org

Realização:  **KOFILABA**
KOFILABA: Kultura e Orixás da Ilha de São Paulo

Patrocínio:  **funido brasil de direitos humanos**

 **Associação dos Povos de São Paulo**

 **MONA BANTU**
MONUMENTO NAÇÃO BANTU

 **FONSANPOTHA/SP**
FONTE SANTO POTEIRO DA TRADIÇÃO AFRO-BRASILEIRA

Próximos encontros:

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 41./ 2014

Brasília, 06 de março de 2014.

07/03 – POLO 3 em Vila Nova Cachoeirinha – formado pelas subprefeituras de Casa Verde, Cachoeirinha, Santana/ Tucuruvi, Tremembé/ Jaçanã, Vila Maria/ Vila Guilherme, e pelos municípios de Caieiras, Cajamar, Francisco Morato, Franco da Rocha e Mairiporã.

08/03 – POLO 4 em Embu das Artes – formado pelas subprefeituras de Pinheiros, Butantã, Lapa, Sé e pelos municípios de Embu das Artes, Cotia, Itapeverica da Serra, Vargem Grande Paulista e Taboão da Serra.

Territórios Sagrados; onde estão? Quem são os responsáveis por eles? Quais são e em quais condições acessamos? Por que encontramos tanta dificuldade em acessar esses territórios sagrados de culto aos nossos ancestrais | Nkisis, Orisas, Voduns, Guias? Quais são as leis e quais são nossos direitos?

O KOFILABA convida você Mãe e Pai, Zeladora e Zelador, Dirigente, Liderança, enfim Autoridade Tradicional e a todas e todos integrantes de Casas, Roças, Terreiros a participar dos encontros regionais para identificar territórios e levantar situações de conflitos no acesso aos territórios sagrados.

Faremos este levantamento em 7 (sete) encontros regionais durante os meses de fevereiro, março e abril em diferentes locais da Região Metropolitana de São Paulo, além de audiência pública e debates nos meses seguintes.

Os encontros fazem parte do projeto “Defesa e Garantia de uso dos Territórios Sagrados da Grande São Paulo pelos Povos Tradicionais de Matriz Africana” realizado pelo grupo KOFILABA e desenvolvido em parceria com o Abassa Oxum Oxossi e Monabantu, com apoio do Fundo Brasil de Direitos Humanos e visa lutar contra a violação e pela garantia de direitos do nosso povo.

Makuiu, Kolofé, Motumbá, Saravá!!!



GO: Assentada monta único abatedouro da região a fornecer aves para a alimentação escolar

SÍTIO INCRA, 06.02.2014

A trabalhadora rural Romilda Borges Rezende da Silva, moradora do assentamento Rio Paraíso, no município de Jataí (GO), superou todas as exigências burocráticas e implantou, sozinha, o primeiro abatedouro de frango da região administrado por agricultores familiares. Desde o ano passado ela é a única assentada a fornecer aves abatidas, limpas e embaladas a cerca de 40 escolas municipais de Jataí, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Trabalhando praticamente em casa, com um rendimento mensal de cerca de quatro salários mínimos e freguesia fixa e certa, Romilda Silva não tem do que reclamar da sua experiência com o PNAE, programa de compra antecipada que adquire alimentos prioritariamente de agricultores familiares (veja abaixo). "Quando compro e coloco os pintinhos na granja hoje, já sei que serão vendidos amanhã", comemora.

O empreendimento tem capacidade para o abate de 50 frangos por dia. Com investimento de cerca de R\$ 50 mil, incluindo maquinário e veículo para entregas, Romilda Silva entrega frangos limpos e embalados em 40 escolas municipais de Jataí e ainda atende famílias vizinhas que utilizam o abatedouro para preparar sua aves para a venda.

O abatedouro fica ao lado da casa de Romilda Silva, em um lote no assentamento Rio Paraíso. No local, trabalham ela, o filho e uma funcionária. "Quando é o tempo do abate, chego a passar 10 horas lá dentro. Quero que dê certo, para meu filho poder tocar o abatedouro daqui a um tempo. Ele faz faculdade à noite para poder me ajudar aqui", conta.

Mudança de rumo

Segundo ela, foi a venda de rapadurinhas ao PNAE, feita pela cooperativa local, que animou a assentada a investir na produção de um alimento ainda não fornecido pelos pequenos agricultores do município às escolas. O frango só pode ser entregue vivo ou devidamente limpo e processado em abatedouro, em conformidade com todas as normas sanitárias, o que, segundo ela, afasta os pequenos produtores.

Diante da possibilidade de um mercado certo, a assentada pesquisou todo o processo na internet e pegou dois empréstimos pelo Programa Mais Alimentos, linha de crédito do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que financia investimentos na modernização da propriedade rural familiar.

O abatedouro funcionou com um alvará provisório na maior parte do ano passado, mas hoje Romilda Silva exhibe o definitivo como um troféu. "Parece que é só um papel e não vale nada, mas é uma conquista e tanto. Em termos de estrutura e documentação, o que se exige da gente é o mesmo que das grandes empresas".

CONT.



Abatedouro

Os frangos que serão abatidos são criados na própria parcela ou trazidos por outros cinco assentados vizinhos que utilizam o serviço do abatedouro. Segundo ela, as aves levam de 60 a 90 dias para serem abatidas, dependendo da raça, se de granja ou o 'caipira melhorado'.

De máquina em máquina, Romilda apresenta com orgulho, pra quem visitar o abatedouro, tudo que aprendeu na internet, etapa por etapa, da criação ao congelamento. "Sou muito exigente com meu trabalho. O frango que entrego vai direto para a panela. As merendeiras não terão trabalho nenhum limpando a ave; minha funcionária também é caprichosa", ressalta a produtora rural.

Capricho e bons negócios

O capricho tem rendido bons negócios. "O abatedouro está no limite da capacidade, não posso nem garantir mais o frango caipira para aquelas pessoas que antes compravam de mim, na época em que eu não tinha ainda o abatedouro", comemora.

Nos planos da assentada está a aquisição de uma câmera fria, mas, segundo ela, isso vai esperar. Por enquanto, a trabalhadora rural aguarda a publicação dos editais de aquisição de alimentos pelas escolas, no mês de março, para reiniciar a temporada de fornecimento de aves.

Romilda Silva é casada e tem dois filhos, de 19 e 12 anos. O marido, Uemerson Silva, trabalha na terra, produzindo milho, carne e leite. Ele demonstra orgulho dela e dá todo apoio à esposa, mas faz questão de frisar que "o negócio é da Romilda". Na varanda, duas latas de tinta esperam pela empreendedora. "Na última vistoria, me disseram para pintar de novo. Tem de estar tudo limpinho e branquinho. Depois eu pego aí e eu mesma pinto tudo", informa.

Com funciona o PNAE

O PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ambos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), dão garantia de compra da produção dos agricultores familiares. No PNAE, as escolas têm de destinar 30% da aquisição dos alimentos da merenda escolar a agricultores familiares.

Cada unidade de ensino publica editais listando suas necessidades, e os pequenos produtores concorrem para o fornecimento dos alimentos. Os vencedores dos editais passam a entregar a quantia solicitada durante o tempo que durar o contrato. Isso garante um mercado estável para o que é produzido nos assentamentos e ainda incentiva os agricultores a diversificarem sua produção para poder abastecer a demanda escolar, como foi o caso da Romilda Silva.